

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA – JUIZ DE FORA – MG.**

A/C

Sr. Ronaldo Fonseca Francisquini (Pregoeiro)

Ref.: Pregão Eletrônico para registro de preços n° 0011/2026

Recorrente: MANTESTE ELETROMECÂNICA LTDA, CNPJ n° 13.408.686/0001-04.

Contrarrazoante: EXCEL PREDITIVA E SOLUCOES LTDA, CNPJ n.º 09.675.542/0001-39.

Objeto: Implantação de Sistema de Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para eventual contratação de empresa especializada, em planejamento e controle da manutenção (PCM) com foco em manutenção preventiva e corretiva nas áreas de eletromecânica, automação, instrumentação e telemetria, atendimentos operacionais nos conjuntos motobomba das elevatórias e reservatórios, nas estações de tratamento de água e esgoto, nas subestações de energia elétrica e instalação de novos pontos operacionais da CESAMA.

A Empresa/Contrarrazoante **EXCEL PREDITIVA E SOLUCOES LTDA, CNPJ n.º 09.675.542/0001-39**, com sede Rua São Geraldo, n° 370/201, Bairro Costa Carvalho, no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, representada por seu Sócio Administrador, Sr. **ROBSON FERENZINI**, portador da Cédula de Identidade n° MG-5.770.314 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n° 819.775.656-20, que a esta subscreve, vem, respeitosamente à ilustre presença de V. Exa., com fundamento nas disposições da Lei n° 13.303, de 30 de Junho de 2016, no RILC - Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA; Lei n° 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie, tempestivamente, apresentar as presentes:

CONTRARRAZÕES A RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela Empresa **MANTESTE ELETROMECÂNICA LTDA, CNPJ n° 13.408 686/0001-04**, nos autos do processo em epígrafe, o qual solicita ao responsável pela condução do certame que este exerça o seu juízo de retratação, com a consequente anulação da decisão

que inabilitou a Recorrente; o reconhecimento de que a Certidão do CREA/MG com capital social de R\$ 600.000,00 atendia integralmente ao item 6.1 4 do edital na data da sessão; o reconhecimento da regularidade da habilitação da Recorrente, com a consequente habilitação desta no certame; requerendo esta Contrarrazoante, ao final, que seja mantida a inabilitação da Recorrente e a consequente manutenção da Habilitação da Contrarrazoante, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

I - DA TEMPESTIVIDADE

As presentes contrarrações são próprias e tempestivas, uma vez apresentada dentro do prazo previsto no edital, o qual assegura aos licitantes o direito de manifestação em igual prazo ao concedido ao recorrente, conforme disciplina do instrumento convocatório.

II - DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa MANTESTE contra decisão que a declarou inabilitada, em razão de inconsistências verificadas na documentação apresentada.

A empresa recorrente foi inabilitada em razão de inconsistência documental verificada na fase de habilitação, especialmente pela divergência entre o capital social constante do contrato social e aquele informado em certidão emitida pelo CREA/MG.

A recorrente sustenta que a certidão do CREA estaria formalmente válida e que, ainda que houvesse divergência, ambos os valores de capital social atenderiam ao requisito econômico-financeiro exigido no certame.

Conforme consta do Termo de Julgamento do Pregão (pág. 3), a inabilitação decorreu, dentre outros aspectos, da divergência entre o capital social constante do contrato social e aquele informado na certidão do CREA; ausência de atualização cadastral

tempestiva e da apresentação de documentação inconsistente no momento da habilitação.

Diante destes fatos, a recorrente pretende afastar tais vícios, sustentando que a certidão seria válida e que o requisito econômico-financeiro teria sido atendido.

Todavia, como se demonstrará, a pretensão recursal interposta não merece prosperar.

III – DO MÉRITO

III.1 – DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente certame é regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA – RILC, pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais normativos indicados no edital.

Neste sentido, o próprio instrumento convocatório estabelece que a licitação deve observar os princípios da impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, economicidade, vinculação ao instrumento convocatório, obtenção de competitividade e julgamento objetivo.

A vinculação ao edital não constitui formalidade vazia; sob pena de esvaziar o sentido da norma regulamentadora dos certames licitatórios.

Trata-se de garantia de isonomia, segurança jurídica e previsibilidade do procedimento, na medida em que, todos os licitantes organizaram sua documentação segundo as mesmas regras e prazos. Admitir que uma empresa apresente documentos contraditórios, protocolos ou comprovação técnica desatualizada significaria permitir tratamento diferenciado e indevido.

O edital, ao tratar da habilitação, exige que o licitante provisoriamente classificado apresente os documentos no prazo de 02 horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a). Exige, ainda,

contrato social em vigor e documentos aptos a demonstrar as condições de habilitação.

Portanto, a habilitação deve ser aferida com base na documentação válida, coerente, completa e idônea existente no momento próprio do certame, e não a partir de correções posteriores.

III.2 - DA INCONSISTÊNCIA MATERIAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: CERTIFICAÇÕES DE INTEGRADOR DE CLP¹ DESATUALIZADAS

É de se verificar que a controvérsia não se limita à análise aritmética do capital social, mas sim à regularidade, coerência e confiabilidade dos documentos apresentados no momento da habilitação.

Verifica-se dos autos do processo em debate que, a recorrente apresentou: contrato social com determinado capital; certidão do CREA com capital diverso; protocolo de atualização cadastral e, posterior certidão corrigida emitida após a sessão pública.

Tal cenário revela inequívoca inconsistência material entre documentos oficiais, o que compromete a validade da habilitação e lisura do procedimento licitatório.

A recorrente sustenta que a certidão **nº 3355122 Chave: 84bcY emitida em 16/03/26** do CREA estaria formalmente válida e que, ainda que houvesse divergência, ambos os valores de capital social atenderiam ao requisito econômico-financeiro exigido no certame.

¹ **CLP (Controlador Lógico Programável)**, equipamento essencial para automação industrial e controle de processos, responsável pela programação, monitoramento e operação de sistemas automatizados, como estações de tratamento, elevatórias e sistemas eletromecânicos.



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Ambiente Público (Serviços)

Protocolo - Certidão - ART - Fiscalização - Denúncia - Solicitação de Registro - Profissional / Empresa - Legislação -

DETALHES DA CERTIDÃO

Detalhe

Número: **3355122**
Ano: **2026**
Data de Cadastro: **16/03/2026**
Data de Emissão: **16/03/2026**
Tipo: **CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA**
Situação Atual: **DOCUMENTO EMITIDO**
Baixa cópia do arquivo de impressão da certidão 

Notas (2)

Descrição

A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Todavia, a tese recursal apresentada nos autos do processo não merece prosperar; isso porque nos termos da **Resolução CONFEA 1121/2019 Artigo 10 Incisos I e II**, o registro no CREA deve refletir fielmente a realidade da empresa, sendo imprescindível sua atualização permanente. Veja-se:

Art. 10. O registro de pessoa jurídica deverá ser atualizado no Crea quando ocorrer:

I - qualquer alteração em seu instrumento constitutivo;

II - mudança nos dados cadastrais da pessoa jurídica;

III - alteração de responsável técnico; ou

IV - alteração no quadro técnico da pessoa jurídica.

Parágrafo único. A atualização do registro deve ser requerida por representante legal da pessoa jurídica.

(Sem grifos no original)

Nestes termos, não se pode olvidar que, a divergência entre dados cadastrais compromete a confiabilidade do registro profissional e inviabiliza a comprovação inequívoca da habilitação.

Além disso, a questão não se limita ao atendimento aritmético do capital mínimo. O ponto jurídico central reside na inconsistência material entre documentos oficiais apresentados para habilitação, agravada pelo fato de a recorrente ter

apresentado protocolo de alteração cadastral e, posteriormente, no dia seguinte ao certame, nova certidão com o capital social corrigido.



The screenshot shows the CREA-MG website interface. At the top, there is a navigation bar with links: Protocolo, Certidão, ART, Fiscalização, Denúncia, Solicitação de Registro, Profissional / Empresa, and Legislação. Below this is a header with the CREA-MG logo and the text "Ambiente Público (Serviços)". The main content area is titled "DETALHES DA CERTIDÃO" and contains a "Detalhe" section with the following information:

- Número: 3367252
- Ano: 2026
- Data de Cadastro: 07/04/2026
- Data de Emissão: 07/04/2026
- Tipo: CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA
- Situação Atual: DOCUMENTO EMITIDO

Below this information is a link to "Baixa cópia do arquivo de impressão da certidão". There is also a "Notas (2)" section with a table containing two notes:

Descrição
A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Importa destacar, ainda, que a alteração do capital social da recorrente ocorreu ao final do mês de dezembro de 2025, emitindo a certidão do CREA nº 3355122, Chave 84bcY, em 16/03/2026, tendo plena ciência de que os dados constantes do documento se encontravam desatualizados, mesmo assim somente promovendo a solicitação de correção em 30/03/2026, às vésperas do certame, demonstrando ausência de diligência prévia. Tais circunstâncias evidenciam que a recorrente permaneceu por período significativo com seus dados cadastrais desatualizados, sem adotar providências tempestivas para regularização de sua documentação antes da sessão pública.

Doutro turno, não se pode perder de vista que, embora não tenha sido matéria apreciada pelo Sr. Pregoeiro quando da inabilitação da recorrente e, não ser matéria afeta diretamente à proposta de apresentação destas contrarrazões, é imperioso informar que, descortina-se outro vício relevante na documentação técnica apresentada por aquela, qual seja: a recorrente juntou **certificados de capacitação relativos a integrador de CLP da empresa ALTUS**, datados de 2018 e 2020, embora comunicações formais obtidas junto à própria empresa emissora indiquem que tais certificações possuem validade de apenas 02 anos (Conf. docs. Anexos).

Além da inconsistência econômico-documental, há vício relevante na qualificação técnica da recorrente.

O Termo de Referência do instrumento convocatório demonstra que o objeto da contratação envolve serviço técnico especializado e continuado, exigindo planejamento centralizado, controle integrado de manutenção, utilização de sistemas, métodos e equipamentos específicos, padronização de procedimentos, gestão unificada de recursos humanos e acompanhamento técnico permanente.

O próprio instrumento em comento estabelece que a contratada deverá ser integradora em projetos LADDER de CLP's compatíveis com os utilizados pela CESAMA.

Ainda no campo da qualificação técnica, o Termo de Referência exige comprovação de experiência compatível com o objeto, abrangendo manutenção preventiva e corretiva em automação, eletromecânica e subestações de energia elétrica, além de profissional legalmente habilitado na área de Engenharia Elétrica.

Assim, no caso sub exame, se a certificação foi emitida em 2018 ou 2020 e sua validade técnica é de 02 anos, os certificados apresentados estavam vencidos na data do certame, realizado em 06/04/2026.

Trata-se de questão, Sr. Pregoeiro, de extrema relevância, pois a certificação em integrador de CLP não é mera declaração genérica; ao contrário, ela tem relação direta com a capacidade técnica exigida para execução do objeto, que envolve automação, instrumentação, telemetria e programação/integração de CLP's.

Registre, por oportuno, que, em áreas tecnológicas, especialmente automação industrial e sistemas de controle, a atualidade da capacitação não é detalhe acessório. É requisito técnico essencial para o ato.

Cumpre examinar, neste passo, que, a falta de validade estampada no referido certificado não o dá validade *Ad aeternum*, na medida em que, os certificados técnicos podem ter validade definida: pelo próprio emissor; por política interna de

certificação; por atualização tecnológica do produto/sistema e pela natureza técnica da habilitação certificada.

No caso em análise, a informação sobre validade de 02 anos foi prestada pela própria empresa emissora da certificação, e não por terceiro alheio ao processo. Portanto, não se trata de mera suposição da licitante Contrarrazoante.

Ademais, a ausência de prazo impresso no certificado não pode prevalecer sobre a manifestação formal do emissor acerca da validade técnica de tal certificação.

Por essa razão, requer-se que os e-mails obtidos junto à ALTUS sejam recebidos como prova documental e, caso entenda necessário, que a CESAMA promova diligência diretamente junto à emissora do certificado, para confirmação oficial da validade das certificações apresentadas pela recorrente.

O edital prevê expressamente que, impugnado algum documento pelas demais empresas participantes, o licitante deverá produzir prova de sua exatidão em prazo definido pelo(a) Pregoeiro(a).

Portanto, uma vez impugnada a validade técnica dos certificados, cabe à recorrente comprovar, de modo inequívoco, que os documentos apresentados permaneciam válidos e aptos na data do certame.

Diante de tal fato, é de se considerar que a documentação apresentada pela recorrente não comprova, de forma segura, atual e inequívoca, o atendimento às condições editalícias de habilitação.

III.3 - DA VEDAÇÃO À SUBSTITUIÇÃO DE DOCUMENTOS POR PROTOCOLO

Cumprando ratificar que, o edital é expresso ao vedar a substituição de documentos por protocolos.

A própria recorrente reconhece a inconsistência ao apresentar protocolo de atualização cadastral, o que evidencia que, a situação

regular não existia no momento da sessão pública, desdobrando-se numa tentativa de regularização posterior.

Tal conduta viola diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no edital e reiterado no regime jurídico aplicável ao certame em tela.

III.4 - DA IMPOSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO POSTERIOR DA CERTIDÃO APRESENTADA (ART. 64 DA LEI 14.133/2021)

Indubitável é que a diligência administrativa possui caráter meramente esclarecedor, não podendo ser utilizada para suprir irregularidades originárias, por inteligência do que preceitua o item 16.5 do Edital do processo em referência, *in verbis*:

16.5 É facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

A posterior apresentação de nova certidão, no dia seguinte ao certame, não constitui mero esclarecimento. Trata-se de substituição material do conteúdo documental anteriormente apresentado.

Assim, a apresentação de nova certidão após a sessão pública não tem o condão de sanar o vício.

Neste sentido, a jurisprudência do **Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU)** admite saneamento de falhas quando não houver alteração da substância dos documentos nem de sua validade jurídica. O Acórdão TCU nº 1.211/2021 - Plenário e Acórdão TCU nº 602/2025 - Plenário, tratou justamente da possibilidade de saneamento quando a diligência não altera a substância dos documentos de habilitação. Onde, conforme ementários abaixo transcritos, permite ao Pregoeiro(a), em sede de diligência, justificadamente e devidamente registrado em ata, a juntada de documento comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta ou documentos de habilitação, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta,

por equívoco ou falha, ou seja, admite-se juntada de documentos que comprovem condições **preexistentes**, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo(a) Pregoeiro(a), veja-se:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET.

1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2024. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO PREDIAL. INABILITAÇÃO DA EMPRESA REPRESENTANTE. NÃO REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PARA SANAR PENDÊNCIA DOCUMENTAL. PERCENTUAIS MÍNIMOS DE VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. PARCIAL PROCEDÊNCIA. CIÊNCIA PREVENTIVA. COMUNICAÇÕES.

ACÓRDÃO Nº 602/2025 – TCU – Plenário²

1. Processo nº TC 000.514/2025-0.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação
3. Representante: RCS Tecnologia S.A. (CNPJ 08.220.952/0001-22).
4. Órgão: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MEC.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: Janine Santana Dourado (41763/OAB-DF), representando RCS Tecnologia S.A.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, em face de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 90008/2024, sob a responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, que objetivou a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção predial, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fundamento no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;

9.3. dar ciência à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 90008/2024, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.3.1. inabilitação da licitante RCS Tecnologia S.A. por não apresentação do balanço patrimonial de 2023, exigido no item 8.25 do termo de referência, que poderia ter sido solicitado por meio de

² GRUPO I – CLASSE VII – Plenário TC 000.514/2025-0

Natureza: Representação. Representante: RCS Tecnologia S.A. (CNPJ 08.220.952/0001-22)

Órgão: Subsecretaria de Assuntos Administrativos - MEC

Representação legal: Janine Santana Dourado (41763/OAB-DF), representando RCS Tecnologia S.A.

Ata nº 8/2025 – Plenário. Data da Sessão: 19/3/2025 – Ordinária.

Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0602-08/25-P.

diligência, tendo em vista que é lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes, contrariando o art. art. 64 da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 966/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, e 988/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia; e

9.3.2. inabilitação da licitante RCS Tecnologia S.A. por não comprovação de que cumpriria as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme exigência do item 8.8 do edital, uma vez que certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, emitida em 24.11.2024, comprovava o respectivo atendimento;

9.3. comunicar a prolação do presente Acórdão à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação e à representante; e 9.4. arquivar os presentes autos nos termos dos art. 169, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
(Sem grifos no original).

Não se pode perder de vista que, para fazer valer sua tese de defesa, a Recorrente invoca o Princípio do Formalismo Moderado, ao declarar que: *"A Administração Pública deve pautar sua atuação pela busca da verdade material, não se limitando a aspectos meramente formais, sobretudo quando os elementos necessários a comprovação do direito já se encontram nos autos do procedimento"*.

Em que pese as razões expendidas; esse entendimento, entretanto, não socorre a recorrente.

No caso concreto, a nova certidão não apenas esclarece informação já comprovada. Ela corrige dado divergente e substitui o conteúdo material da certidão anterior.

Neste diapasão, há diferença jurídica substancial entre: complementar informação de documento válido e coerente e substituir documento cuja informação essencial estava divergente.

A primeira hipótese pode ser admitida em prestígio ao formalismo moderado. A segunda viola a isonomia, o julgamento objetivo e a vinculação ao edital.

O **Princípio do Formalismo Moderado** não autoriza a convalidação de documentação materialmente inconsistente, sobretudo quando a inconsistência foi reconhecida pela própria apresentação posterior de documento corrigido como se revela dos autos.

Aplicando tal entendimento ao caso concreto, a divergência entre documentos oficiais e a tentativa posterior de correção não são meras falhas formais. São inconsistências que atingem a confiabilidade da documentação de habilitação.

O formalismo moderado protege o interesse público contra inhabilitações excessivamente rigorosas. Não protege o licitante que apresenta documentação contraditória, desatualizada ou incapaz de comprovar, com segurança, sua situação jurídica e técnica.

III.5 – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DO JULGAMENTO OBJETIVO

Tenha-se presente que, o certame é regido, dentre outros, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia entre licitantes. Tudo conforme previsto no edital e no RILC da unidade licitante.

Assim sendo, permitir a habilitação da recorrente implicaria em tratamento desigual em relação aos demais licitantes; mitigação das regras editalícias e, em comprometimento da segurança jurídica do certame.

III.6 – DA AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIA PRÉVIA DA RECORRENTE PARA PARTICIPAR DO CERTAME

Impende salientar Sr. Pregoeiro, que, a conduta da Recorrente, revela ausência de diligência prévia para participar do certame, noutras palavras, a recorrente não estava preparada integralmente para atender ao chamamento deste órgão.

Senhor Pregoeiro, é de ser revelado que, da análise dos documentos carreados aos autos, demonstra-se que a recorrente alterou seu capital social em dezembro de 2025; somente buscou atualização no CREA em março de 2026; participou do certame com dados desatualizados e tentou regularizar a situação apenas após a sessão.

Tal comportamento evidencia desídia administrativa, incompatível com o dever de diligência exigido dos licitantes quando se submetem à uma concorrência pública.

Neste passo, não se pode admitir que a Administração arque com as consequências da falta de atualização cadastral da própria empresa licitante.

Ademais, não bastassem as inconsistências já demonstradas, cumpre enfrentar, de forma específica, os precedentes jurisprudenciais invocados pela própria recorrente, notadamente os **Acórdãos nº 1.793/2011, nº 2.622/2013 e nº 1.214/2013**, todos do Plenário do Tribunal de Contas da União, os quais, embora corretamente citados em sua literalidade, **foram aplicados de maneira manifestamente dissociada do contexto fático-jurídico dos autos**.

Inicialmente, no que se refere ao **Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário**, verifica-se que o entendimento ali consolidado afasta a inabilitação de licitantes em hipóteses de falhas meramente formais ou impropriedades irrelevantes, desde que tais vícios não comprometam a isonomia nem a obtenção da proposta mais vantajosa. Ocorre que, com a devida vênia, tal raciocínio não se aplica ao caso em exame, porquanto a irregularidade constatada não ostenta natureza formal, mas sim material, na medida em que a divergência entre o capital social constante do contrato social e aquele consignado na certidão emitida pelo CREA compromete diretamente a confiabilidade da documentação apresentada. Não se trata, portanto, de erro de forma ou lapso secundário, mas de inconsistência substancial que impede a verificação inequívoca do atendimento às exigências editalícias, afastando, por conseguinte, a incidência do referido precedente.

Com efeito, a flexibilização ali admitida restringe-se às hipóteses em que a documentação apresentada posteriormente apenas evidencia situação já existente, regular e comprovável à época da sessão pública, sem implicar qualquer alteração ou saneamento de irregularidade. No presente caso, entretanto, verifica-se que a própria recorrente reconheceu a necessidade de atualização de seus dados junto ao CREA, tendo apresentado protocolo de solicitação de atualização cadastral, o que demonstra, de forma inequívoca, que a situação registral exibida na sessão não refletia a realidade jurídica vigente. Assim, não se está diante de mera comprovação tardia de condição preexistente, mas sim de tentativa de regularização posterior de situação irregular, hipótese que não encontra respaldo no entendimento do TCU, tampouco na legislação aplicável.

Por sua vez, no tocante ao **Acórdão nº 1.214/2013 - Plenário**, cumpre destacar que o referido julgado estabelece a vedação à inabilitação quando a documentação apresentada se mostra suficiente para comprovar o atendimento às exigências do edital. Todavia, também aqui a recorrente incorre em equívoco interpretativo, na medida em que, no caso concreto, a documentação apresentada não se revela suficiente, tampouco apta a ensejar juízo seguro acerca da regularidade da licitante. Ao revés, a existência de informações conflitantes entre documentos oficiais gera incerteza objetiva, comprometendo o julgamento objetivo e a própria segurança jurídica do certame. Não se pode, pois, considerar suficiente uma documentação que, ao invés de esclarecer, introduz dúvida quanto ao cumprimento das condições de habilitação.

Diante deste contexto, impõe-se reconhecer que **a Recorrente**, embora tenha se valido de precedentes jurisprudenciais pertinentes em abstrato, **procedeu à sua aplicação de forma descontextualizada, desconsiderando os pressupostos fáticos indispensáveis à sua incidência. Em verdade, os acórdãos invocados não autorizam, em hipótese alguma, a convalidação de documentação materialmente inconsistente, tampouco a regularização posterior de requisito essencial de habilitação, como ora se pretende.**

A recorrente invoca precedentes corretos em abstrato, porém inaplicáveis ao caso concreto, uma vez que a jurisprudência do TCU não autoriza a convalidação de documentação contraditória, tampouco a regularização posterior de requisito essencial de habilitação, hipóteses claramente verificadas nos autos.

Nessa linha de intelecção, cumpre asseverar que não se está diante de formalismo exacerbado por parte da Administração, mas sim da estrita observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo, os quais, longe de constituírem entraves à competitividade, representam garantias indispensáveis à lisura e à segurança jurídica do procedimento licitatório.

Tal circunstância afasta, por completo, qualquer alegação de surpresa ou rigor excessivo da Administração, evidenciando que a própria recorrente deu causa à sua inabilitação.

Diante disso, resta inequívoco que as razões recursais não se sustentam, impondo-se a manutenção integral da decisão que declarou a inabilitação da recorrente, pelos seus próprios fundamentos.

IV - DA REGULARIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

Indubitável é que a decisão que inabilitou a recorrente encontra-se devidamente motivada; lastreada em critérios objetivos, e, em conformidade com o edital e com o regime jurídico aplicável.

Conforme consta do julgamento do certame, a Administração atuou com estrita observância aos princípios que regem os procedimentos licitatórios.

É possível notar, pelas constantes reaberturas de prazos durante a análise documental que, os agentes envolvidos na apreciação dos documentos agiram com extrema diligência, não agindo de maneira açodada.

V – DO RESULTADO DO CERTAME E DA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Por fim, ressalte-se que, o Sr. Pregoeiro, com a maestria que lhe é peculiar, declarou acertadamente o resultado do certame que culminou na inabilitação da Recorrente e posterior habilitação da empresa Contrarrazoante; de modo que, eventual reforma da decisão conforme pretende a Recorrente, comprometeria a estabilidade do procedimento; geraria insegurança jurídica e violaria a confiança legítima dos participantes.

Após detida apreciação dos autos, revela-se que o cenário fático-probatório evidencia que a recorrente não logrou comprovar, de forma inequívoca e contemporânea à sessão pública, o atendimento às exigências editalícias, sendo juridicamente inviável a convalidação de inconsistência material mediante regularização posterior, razão pela qual a manutenção da decisão administrativa revela-se não apenas possível, mas juridicamente recomendável.

Por derradeiro, impende salientar que, uma eventual reforma da decisão implicaria não apenas flexibilização indevida das regras editalícias, mas verdadeiro comprometimento do julgamento objetivo, com potencial violação à isonomia entre os licitantes, circunstância que a jurisprudência pátria repele de forma reiterada.

VI – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS:

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O recebimento e conhecimento das presentes contrarrazões, por serem tempestivas e regulares;
2. O não provimento do recurso administrativo interposto pela empresa MANTESTE ELETROMECAÂNICA LTDA, CNPJ nº 13 408 686/0001-04, mantendo-se integralmente sua inabilitação, e;
3. A confirmação da decisão do Sr. Pregoeiro em manter a habilitação da empresa EXCEL PREDITIVA E SOLUCOES LTDA, CNPJ n.º

09.675.542/0001-39, com a consequente preservação do resultado do certame que habilitou esta Contrarrazoante;

4. o recebimento dos e-mails obtidos junto à ALTUS como elementos probatórios acerca da validade técnica de 02 anos dos certificados apresentados pela recorrente;

5. subsidiariamente, caso não seja mantida de plano a inabilitação também por esse fundamento técnico, que seja instaurada diligência junto à ALTUS e à recorrente, exigindo comprovação formal e inequívoca de que os certificados de integrador de CLP datados de 2018 e 2020 estavam válidos na data do certame, e, caso a recorrente não comprove a validade atual dos certificados, que seja reconhecida também sua inabilitação por ausência de comprovação válida da qualificação técnica exigida.

Termos em que,
Pede deferimento.

Juiz de Fora - MG, 6 de maio de 2026.

EXCEL PREDITIVA E SOLUCOES LTDA
CNPJ n.º 09.675.542/0001-39
ROBSON FERENZINI
Sócio Administrador